

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Lista de MPs

O Congresso retorna em fevereiro com a tarefa de analisar 32 medidas provisórias. Cinco delas precisam de uma definição no próximo mês, ou perdem a vigência. O recurso da medida provisória foi largamente utilizado pelo governo Bolsonaro. Boa parte das proposições denota urgência, pois está relacionada à pandemia ou às chuvas recentes.

Que urgência?

Mas as MPs também têm sido utilizadas para mostrar um certo voluntarismo do governo. Tome-se como exemplo a privatização da Eletrobras, proposta pela MP 1031/2021. É questionável defender a desestatização em caráter emergencial, quando seria mais adequado inseri-la em um programa de privatização. Houve, ainda, aprovação de MPs para mudanças em ministérios, em um sinal de reacomodação urgente de alianças no Executivo.

Tratamento de câncer

A MP 1.067/2021 é uma das propostas que estão com prazo de votação exíguo no Senado. Ela autoriza a inclusão automática de novos tratamentos nos planos de saúde se a ANS não se manifestar no prazo de 120 dias. Esse texto, já aprovado na Câmara, prevê a distribuição de medicamentos contra câncer, de uso oral e domiciliar. Esse último item tem origem em um projeto de lei apresentado pelo senador Reguffe (Podemos-DF), mas vetado pelo presidente Bolsonaro.

No país do mínimo

O Brasil tem o segundo salário mínimo mais baixo entre os países da OCDE, no valor de US\$ 2,2 a hora, algo em torno de R\$ 12. Na Petrobras, conforme relatório divulgado na sexta-feira pelo Ministério da Economia, um funcionário ostenta um contracheque de R\$ 145 mil, praticamente 120 vezes o salário pago a 34% dos trabalhadores do país.

Federações são desafio à cultura do caciquismo

As federações partidárias, solução que pode provocar mudanças importantes no cenário político de 2022, têm se mostrado um desafio adicional às pretensões dos candidatos. Considerando-se a cultura política brasileira, marcada por infidelidade partidária, personalismo e pulverização ideológica, encontrar saídas para reduzir a promiscuidade de legendas e pauperização do debate público constitui um esforço notável em favor da democracia.

Mas os atores em cena têm reclamado das dificuldades de seguir os termos estabelecidos pela legislação. Legendas progressistas, como PT,



PSB e PV, reivindicam mais tempo para definir as alianças. Por lei, as federações precisam se manter durante quatro anos. Na política brasileira, poucas siglas conseguiram uma sustentação duradoura: o PSDB com o PFL nos tempos de Fernando Henrique, e o PT e o PMDB nos governos de Lula e Dilma.

As federações tendem a agregar legendas com afinidade ideológica, o que reduziria a ocorrência dos chamados partidos de aluguel. Mas a tradição do caciquismo no Brasil e a diversidade de interesses regionais representam obstáculos concretos para uma real transformação na prática partidária do país.

Ponta do lápis

No Ministério Público da União, a diferença é mais exorbitante. Em dezembro, um procurador regional embolsou R\$ 446 mil brutos, somando-se vantagens, férias acumuladas e licenças-prêmio. Na ponta do lápis, estamos falando de uma renda 367 vezes superior à de uma parcela expressiva da população economicamente ativa.

Intocáveis

Enquanto isso, segue a passos modorrentos no Congresso o projeto de lei que busca barrar os supersalários no funcionalismo. Após se arrastar por quatro anos na Câmara, a proposta repousa na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, sem nem um relator definido.

Poder feminino

Ao anunciar 14 mulheres no ministério, o presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, contribui para o protagonismo feminino na política latino-americana, tão marcada pelo machismo. Espera-se que a iniciativa prospere. Por aqui, o cargo mais importante a ser disputado em 2022 tem apenas uma mulher como postulante.

Pastelão

As desavenças entre bolsonaristas nas redes sociais se limitam, em boa medida, a discussões juvenis. Por exemplo, um se queixa da "curtida" que outro deu a um post. A coisa ficou mais séria quando o ministro Fábio Faria ingressou com uma ação contra o ex-chanceler Ernesto Araújo, que insinuou irregularidades no leilão do 5G. Mais do que comemorar, a oposição se diverte com essas refregas.

PODER / Bolsonaro diz que vetos serão nas emendas de comissão e no Executivo. Reajuste de policiais deve ser mantido

Cortes de R\$ 2,8 bi no Orçamento

» RAPHAEL FELICE

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, ontem, que vetou R\$ 2,8 bilhões em despesas previstas no Orçamento deste ano. Ele não entrou em detalhes sobre os cortes, mas disse que uma parte sairá das emendas de comissão do Congresso e de gastos previstos para o Executivo.

"Parte do nosso (Orçamento), vou cortar na própria carne, e outra parte, das emendas de comissão do Congresso, mas existe a possibilidade de esse recurso ser composto ao longo do ano, dependendo da nossa arrecadação", frisou. "No ano passado, arrecadamos mais de R\$ 300 bilhões além do previsto. Isso, lógico, tem o nosso trabalho de buscar alternativas."

Bolsonaro tinha até sexta-feira passada para sancionar o Orçamento, mas só deve fazê-lo amanhã, no *Diário Oficial da União*. "Eu sou obrigado a vetar. Se eu sancionar, tenho de ter o recurso definido, de onde vem esse dinheiro. Eu sancionei ontem, por alto, não tive cabeça para ver com profundidade, confiei na equipe. Foram vetados R\$ 2,8 bilhões", explicou, ainda em Eldorado, interior de São Paulo, onde esteve para o sepultamento da mãe, Olinda Bolsonaro, na sexta-feira.

O valor dos cortes anunciado por Bolsonaro está abaixo do anunciado, na sexta-feira, pelo secretário-executivo da Casa Civil, Jônathas Castro. Em podcast publicado pela pasta, ele afirmou que os vetos devem ficar em torno de R\$ 3,1 bilhões, para recompor as despesas obrigatórias que

Pressão

O movimento do governo com a negociação da PEC é visto, em parte, como uma pressão para governadores reduzirem o ICMS, que vem sendo alvo do chefe do Planalto com a escalada dos preços no último ano. A redução a zero dos impostos federais sobre combustíveis e energia pode gerar uma perda de arrecadação de R\$ 57 bilhões ou até maior. Já o impacto para o consumidor seria pequeno, de R\$ 0,18 a R\$ 0,20 no caso do preço do litro do combustível.

foram subestimadas pelo Congresso na aprovação do Orçamento. A recomendação do Ministério da Economia, no entanto, era de que os cortes fossem na casa dos R\$ 9 bilhões. A Casa Civil tem a última palavra sobre a proporção dos vetos, poder concedido à pasta por decreto do chefe do Executivo.

Como este é um ano de eleições, o governo não pretende fazer cortes nos R\$ 16,5 bilhões reservados pelo Congresso para as chamadas emendas do relator, que distribuem verbas do orçamento secreto. Chamadas de RP9, elas não têm qualquer tipo de transparência, e os recursos são usados para levar benefícios a redutos eleitorais de parlamentares aliados.

Outra reserva que o Executivo deve manter são os R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral, com a possibilidade de elevar o montante para R\$ 5,7 bilhões, como quer o Centro, grupo político de sustentação do governo.

Além disso, o Planalto deve manter uma reserva de R\$ 1,7 bilhão para conceder reajuste para servidores, apesar de Bolsonaro ter afirmado, na quarta-feira, que havia desistido de aumentar os salários de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional — importante base de apoio dele. A eventual desistência ocorre em meio a uma onda de protestos de outras categorias do funcionalismo, que também reivindicam reajuste.

Combustíveis

Também ontem, Bolsonaro afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que negocia com o Congresso para tentar baixar o preço dos combustíveis não será uma imposição. "A PEC autoriza, não impõe que o presidente da República e os governadores diminuam, ou zerem, os valores do PIS/Cofins/Cide e ICMS dos combustíveis. Nada de atrito, apenas a possibilidade de se baratear os preços de gasolina, álcool, diesel, gás de cozinha e energia elétrica, diminuindo impostos", publicou o presidente em suas redes sociais.

Bolsonaro ainda disse que apresentou o texto para parlamentares. "Conversei com alguns senadores. O futuro senador Alexandre Silveira (PSD-MG), que eu convidei para ser líder do governo, num primeiro momento, gostou da proposta", afirmou. Silveira é suplente de Antonio Anastasia (PSD-MG), que, em fevereiro, tomará posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).



Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

23 DE JANEIRO DE 2022 | BRASÍLIA/DF



NOROESTE

OPÇÕES DE ALTÍSSIMA QUALIDADE NO BAIRRO MAIS PLANEJADO DE BRASÍLIA

A PaulOOctavio entrega, em março, seu primeiro residencial no Noroeste, em homenagem ao General Clovis Jacy Burmann. Erguido em parceria com a Fundação Habitacional do Exército (FHE), o edifício fica na SQNW 103, próximo aos parques Burle Marx e Nacional, e usa tecnologias e materiais que respeitam o meio ambiente e proporcionam níveis altos de conforto. São 72 unidades, entre apartamentos e coberturas duplex de 2 e 3 quartos. Uma unidade decorada está à disposição dos interessados na Central de Vendas PaulOOctavio Noroeste, na CLNW 2/3.

Outra obra de destaque no Noroeste é o Residencial Nívio Gonçalves, na SQNW 307. Com entrega prevista para junho de 2023, o empreendimento terá apartamentos com dois e três quartos e coberturas duplex com até 170 m². Também na Central de Vendas do Noroeste, os interessados podem conferir, em detalhes, a unidade decorada.

E quem quiser ainda mais conforto e espaço deve conhecer o Residencial Márcia Kubitschek, na SQNW 103. Com apartamentos vazados de 3 ou 4 quartos e coberturas duplex e vista privilegiada para o Parque Burle Marx, o empreendimento tem entrega prevista para abril de 2024 e, hoje, é a melhor opção no Noroeste. Ligue para um de nossos corretores pelo telefone (61) 3326-2222 e agende uma visita aos melhores imóveis do Noroeste.

www.paulooctavio.com.br